

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei n.º 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, da CPFL Energia S.A. - CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. - ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto n.º 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 30 de março de 2016.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como “mantido para venda”, caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como “disponível para venda”, são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

2.5. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos	10-15 anos
Direitos de Uso de Software	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu

valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.9. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.11. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.11.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

2.12. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) CPC

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 10,83%	Cenário Provável 12,00%	Cenário Remoto 10,00%	Cenário Possível 14,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	7.513	8.328	6.940	9.716

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.178	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	69.403	-	-
	131.581	-	-
31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.974	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	56.560	-	-
	119.534	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

31/12/2015			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.178	62.178
Aplicações financeiras	69.403	-	69.403
	69.403	62.178	131.581
31/12/2014			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.974	62.974
Aplicações financeiras	56.560	-	56.560
	56.560	62.974	119.534

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	38	44
Aplicações Financeiras	5.350	14.485
	5.388	14.529

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2015
Cotas do Fundo (venc. após 90 dias)	Pré-fixado	Banco do Brasil	64.053
			64.053

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/12/2015	31/12/2014
EDP – Energias do Brasil	39	353
CTEEP	-	199
EMAE	52	-
	91	552

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRAS, as concessionárias CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não

só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRAS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e sua atuação consistia na intermediação da operação das redes de fibras ópticas pertencentes à Furnas, Eletrosul, CHESF e Eletronorte (Empresas Cedentes) por meio de "Contrato de Cessão de Direito de Uso" celebrado entre a ELETROPAR e as Cedentes, e de "Contrato de Constituição de Direito de Acesso", onde a ELETROPAR cedia a Eletronet o direito de acesso à infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas

Em 2003 foi requerida pela ELETROPAR a falência com continuidade do negócio da Eletronet.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a ELETROBRAS, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Credor	Valor Habilitado	Proposta
ELETROPAR	57.356	13.340

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. O saldo de R\$ 4.152 está registrado no contas a receber.

O restante do valor será pago da seguinte forma:

- Pagamento do valor correspondente a 1/3 (um terço) em uma parcela 12 meses após a data de homologação da assembleia geral dos credores. A data prevista para o recebimento é 18/12/2016;
- Pagamento dos outros 2/3 (dois terços) em 24 parcelas mensais e sucessivas. A data prevista para o recebimento da 1ª parcela é 18/01/2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes, descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES – ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2014	BAIXA DE ADIANT.	BAIXA DAS OBRIG.	2% ELETROPAR	BAIXA DO CONTAS A RECEBER	PAGTO	REEMBOLSO ELETRONET	31/12/2015
Contas a receber – Cedentes	13.674	-13.674						-
Contas a receber – Eletronet	59.145				-45.805	-9.188		4.152
Outros créditos a receber	-						1.000	1.000
Obrigação com as Empresas Cedentes	-58.471		45.131	267				-13.073
Adiantamentos	-11.877	11.877						-
Outros créditos a pagar	-1.121		1.121					-
Contas a receber líquido	1.350	-1.797	46.252	267	-45.805	-9.188	1.000	-7.921
Provisão para perdas	-1.350				1.350			
	-	-1.797	46.252	267	-44.455	-9.188	1.000	- 7.921
Ativo Circulante	-							2.384
Ativo Não Circulante								2.768
Total Ativo								5.152
Passivo Circulante	-							-10.305
Passivo Não Circulante								-2.768
Total Passivo								-13.073

RESULTADO – ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015
Reversão de perdas	1.350
Perda crédito Eletronet	-45.805
Perda crédito Cedentes	-1.797
Ganho com a baixa de obrigações Cedentes	46.252
Baixa das operações - Eletronet e Cedentes	0
Resultado de taxa de administração	267

O resultado positivo de R\$ 267 refere-se a recuperação de parte da taxa de administração devida à ELETROPAR.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF sobre juros sobre capital próprio	7	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.027	877
IRRF – exercícios anteriores	4.082	4.378
IRRF – exercício 2014	987	-
CSLL - antecipada	5	4
COFINS/PIS	3	-
	6.111	5.259
Circulante	3.919	2.518
Não Circulante	2.192	2.741
	6.111	5.259

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2015 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	2015	2014			
Eletropaulo ¹	17.603	18.148	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	17.888	13.326	ON	1.485.675	0,31
CPFL Energia ³	26.687	31.500	ON	1.758.021	0,18
	62.178	62.974			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial,

¹Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

²EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

Em 2014 e 2015 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 13.935 e R\$ 189, respectivamente.

II –Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,420

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2014	18.373	9.662	28.035
Ajuste de equivalência	2.380	846	3.226
Outros resultados abrangentes	-	342	342
JCP/Dividendos	(2.206)	(52)	(2.258)
Saldo em 31/12/2015	18.547	10.798	29.345

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema ELETROBRAS. Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	CTEEP	Partic. 0,6578%
Patrimônio Líquido 31/12/15	5.336.205	35.102
Ajustes acumulados	(2.516.964)	(16.070)
Saldo ajustado em 31/12/15	2.819.241	18.547

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória n.º 579/12, convertida na Lei n.º 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão n.º 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015 a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$1.490.986, aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória n.º 579/12, convertida na Lei no 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

II.1 Ativo e Passivo Coligadas

31/12/2015						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	45.812	6.801.416	878.961	632.062	5.336.205
EMAE	1,42	15.913	983.246	-	238.452	760.707

II.2 Resultado Coligadas

31/12/2015						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	1.089.287	121.244	(125.566)	(85.270)	504.430	(7.776)
EMAE	170.465	31.746	(2.299)	(6.144)	59.790	(879)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/2015	31/12/2014
Avaliados ao valor justo	62.178	62.974
Avaliados por equivalência patrimonial	29.345	28.035
	91.523	91.009

NOTA 11– CONTAS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
ELETROBRAS	1.094	788
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda.	47	38
Cedentes	13.073	-
Outros	15	50
	14.229	876
CIRCULANTE	11.461	876
NÃO CIRCULANTE	2.768	-

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	5.936	(2.425)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	2.018	(825)
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(1.164)	(3.481)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	64	4.738
Reversão Provisão Eletronet	(91)	-
Provisão Riscos Trabalhistas	102	-
Outros	(303)	87
	<u>(1.392)</u>	<u>1.344</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	626	519
Alíquota efetiva	10,54%	-

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2014	11.428
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(86)
Saldo em 31/12/2015	11.342

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.857	1.915.985	16,29
	28.858	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 12,33 por ação (R\$ 11,98 por ação, em 31 de dezembro de 2014).

II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2015, no valor de R\$ 0,45564 por ação, corresponde a 100% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76 acrescidos dos dividendos prescritos referentes ao ano de 2011 e 2012, e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2016 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data está a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2015, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 1.340 (no valor de R\$ 0,11391 por ação). O restante, no valor de R\$ 4.020 (no valor de R\$ 0,34173 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	5.310	
(-) Reserva legal	(266)	
Lucro Líquido Ajustado	5.044	
(+) Dividendos prescritos	316	
Saldo a distribuir	5.360	
Proposta de destinação do resultado:		Dividendo p/ ação
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.340	0,11391
Dividendo adicional proposto	4.020	0,34173
	5.360	0,45564

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/2015 a 31/12/2015

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.310	5.310
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,4513</u>	<u>0,4513</u>

01/01/2014 a 31/12/2014

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	(2.944)	(2.944)
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>(0,2502)</u>	<u>(0,2502)</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a ELETROBRAS são apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO		
Contas a pagar		
- ELETROBRAS ⁴	1.094	788
	1.094	788
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	2.264	2.139
Aluguel	83	82
Energia	14	9
	2.361	2.230

II – Coligadas

CTEEP	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	2.206	1.480

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à ELETROBRAS em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre ELETROBRAS e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da ELETROBRAS, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela ELETROBRAS à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à ELETROBRAS dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à ELETROBRAS.

Participação Societária	18.547	18.373
	20.753	19.853
	31/12/2015	31/12/2014
RESULTADO		
Perda na subscrição	-	(679)
Resultado com participações societárias	2.380	878
	2.380	198
	31/12/2015	31/12/2014
EMAE		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	52	64
Participação Societária	10.798	9.662
	10.850	9.726
	31/12/2015	31/12/2014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	342	(999)
	342	(999)
	31/12/2015	31/12/2014
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	846	5.317
	846	5.317

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa n.º 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.050	945
Encargos Sociais	342	283
Benefícios	35	37
	1.427	1.265

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável

saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015.

Natureza	Valor
Trabalhista	300
TOTAL	300

NOTA 17 - Eventos Subsequentes

I – Levantamento de falência Eletronet

Em 24 de fevereiro de 2016, foi proferida a decisão do Juízo Falimentar, na qual foi condicionada a entrega da administração da Eletronet aos acionistas após o cumprimento de dois pontos pela Síndica, quais sejam: (i) a implementação dos pagamentos à vista autorizados pela Assembleia de Credores, e (ii) a publicação do edital mencionado no § 2º do art. 132 da Lei de Falências; tal como já determinado no item III da sentença às fls. 12.524.

Por não terem sido concluídas as obrigações acima, a Eletronet ainda não foi devolvida aos acionistas.

II – Pagamento obrigações cedentes

Do valor contabilizado no contas a pagar referente a 1ª parcela dos créditos recebidos da Eletronet que serão repassados às cedentes, descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito, R\$ 3.163 foi pago a CHESF no dia 22 de março de 2016.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6

Conselho de Administração

Alexandre Vaghi de Arruda Aniz
Presidente

Marcelo L. Oliveira Figueiredo
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Francisco de Assis Duarte de Lima
Conselheiro

Edmilson Gama da Silva
Conselheiro

Conselho Fiscal

André de Sosa Verri
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares
Conselheiro

Paulo Sergio Petis Fernandes
Conselheiro